



O BRASIL COLÔNIA

Dentro do **Brasil Colônia** temos estudos referentes aos conteúdos do período da história do Brasil que se estendeu desde o descobrimento, em 1500, até a vinda da família real portuguesa em 1808. Apesar da montagem do sistema colonial no Brasil começar efetivamente em 1530, vamos ver estudos referentes aos trinta anos anteriores, já que é impossível compreender a necessidade da colonização efetiva sem entender os seus antecedentes.

De **1500 a 1530**, os temas mais importantes são: o contato com o meio

ambiente e os diferentes povos nativos, ou indígenas – fato que causou grande impacto na mentalidade europeia da época, gerando um imaginário que ia da demonização a imagens paradisíacas –; as tentativas iniciais de exploração de matérias-primas, com destaque para o pau-brasil, largamente monopolizado por comerciantes portugueses como Fernando de Noronha.

Com a ameaça da ocupação do território brasileiro por outros povos, como os franceses, a coroa portuguesa decidiu, no início da década de 1530, estabelecer o controle de fato da colônia, instituindo as **Capitanias Hereditárias**

As capitanias hereditárias surgiram por ordem do rei português D. João III, no ano de 1534, sendo a primeira divisão territorial e administrativa implantada pelos portugueses na América Portuguesa.

Basicamente, o território da América Portuguesa foi dividido em 15 grandes faixas de terra, que tiveram sua administração entregue a interessados. A vida das capitanias como única forma de divisão e administração teve vida curta, uma vez que, em 1548, surgiu o Governo-Geral.

Capitanias hereditárias e contexto histórico

Os portugueses chegaram ao Brasil em 22 de abril de 1500, durante a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral. Apesar de a chegada portuguesa ao Brasil ter sido uma grande novidade em Portugal, não atraía tanto a atenção dos portugueses naquele momento, uma vez que o comércio com a Índia representava uma possibilidade de maiores lucros.

Durante os primeiros trinta anos da colonização portuguesa no Brasil, a única grande atividade econômica desenvolvida foi a exploração do pau-brasil, árvore localizada nas regiões litorâneas e conhecida por possuir uma cor vermelha muito forte. A presença portuguesa concentrava-se nas feitorias, localizadas no litoral.

A princípio, os portugueses estavam bastante confiantes na posse da nova terra por conta do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelo papa Alexandre VI. Esse acordo estabelecia a divisão das terras do novo continente entre Portugal e Espanha. Apesar de dar uma certa segurança aos portugueses, esse tratado não garantia que outras nações não tentariam roubar as terras dadas a Portugal.

No começo da década de 1530, o comércio com a Índia estava em declínio, e as terras dos portugueses na América estavam ameaçadas por franceses, que invadiam com frequência o território, aliando-se com nações indígenas inimigas de Portugal. Com essa situação, Portugal percebeu que era necessário ampliar os esforços de colonização do Brasil, caso contrário correria o risco de perder as terras.

A saída encontrada por Portugal foi bem simples: em vez de a Coroa financiar todo o processo de colonização do Brasil, resolveu passar o ônus para terceiros. Com isso, o rei português decidiu dividir o território em 15 lotes, que foram distribuídos em 14 capitanias diferentes, cuja administração ficou sob responsabilidade dos capitães-donatários.

Quais eram as funções dos donatários?

Em geral, os donatários eram comerciantes ou pessoas que pertenciam à pequena nobreza de Portugal. A responsabilidade de desenvolver a capitania era exclusiva do donatário, que

recebia o direito sobre o lote de terra a partir da Carta de Doação. Os direitos e deveres que o donatário deveria cumprir foram fixadas na Carta Foral.

Os donatários não tinham a posse da terra, que continuava pertencendo ao rei português. Portanto, tinham apenas o direito de fixar-se e administrar a terra da melhor forma possível. Dentro de sua capitania, o donatário era a maior autoridade administrativa e jurídica e respondia apenas ao rei de Portugal.

Os donatários eram obrigados a investir ou atrair investimentos, criando toda infraestrutura para garantir o desenvolvimento e a segurança de sua capitania. Além disso, deveriam atrair pessoas para morar em sua capitania, distribuindo terras (sesmarias) e cobrando impostos de quem fixasse morada nelas.

No que diz respeito à segurança, os donatários deveriam construir fortificações a fim de impedir invasões estrangeiras, além de combater os povos indígenas que fossem hostis à presença dos portugueses.

Capitanias hereditárias que prosperaram

Entre as catorze capitanias, apenas duas tiveram resultados econômicos expressivos de imediato. Pernambuco prosperou por conta da produção de açúcar nos engenhos, e São Vicente prosperou em virtude da comercialização de índios como escravos.

Capitanias hereditárias e Governo-Geral (fracasso das capitanias)

A divisão do território em capitanias e o poder dos donatários investido pela Coroa estendeu-se, em alguns casos, até o século XVIII, quando a Coroa portuguesa percebeu o fracasso do sistema.

Esse insucesso pode ser explicado por uma junção de fatores, como a inexperiência administrativa de muitos donatários, a falta de comunicação interna e a dificuldade de comunicação com Portugal, a escassez de recursos para promover o desenvolvimento das capitanias, os conflitos com os indígenas, etc.

A Coroa portuguesa percebeu, então, que era necessário centralizar o poder na Colônia. Para isso, criou o Governo-Geral, um sistema centralizado no qual o governador-geral tinha autoridade e poder sobre toda a Colônia. O primeiro nomeado para exercer essa função foi Tomé de Sousa, que foi responsável pela construção da primeira capital do Brasil: **Salvador**.



Nomes das capitanias hereditárias

Como foi abordado, os portugueses dividiram o território da América Portuguesa em quinze lotes de terra, distribuídos em catorze capitanias. No caso dos donatários, foram nomeados doze pessoas para administrar as capitanias.

Listamos abaixo os nomes das capitanias e de seus respectivos donatários:

Maranhão (lote 1) – Aires da Cunha e João de Barros; Maranhão (lote 2) – Fernando Álvares de Andrade; Ceará – Antônio Cardoso de Barros; Rio Grande – Aires da Cunha e João de Barros; Itamaracá – Pero Lopes de Sousa; Pernambuco – Duarte Coelho; Baía de Todos os Santos – Francisco Pereira Coutinho; Ilhéus – Jorge de Figueiredo Correia; Porto Seguro – Pedro do Campo Tourinho; Espírito Santo – Vasco Fernandes Coutinho; São Tomé – Pero de Góis da Silveira; São Vicente – Martim Afonso de Sousa; Santo Amaro - Pero Lopes de Sousa; Santana – Pero Lopes de Sousa

Mapa das capitanias

As representações da organização e da distribuição dos lotes que compunham as capitanias hereditárias são pautadas pelos historiadores em mapas clássicos, alguns produzidos durante o século XVI.